

Aneel analisa falência da distribuidora do Amapá

Leila Coimbra
De São Paulo

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica deverá determinar, na segunda-feira, a caducidade da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), hoje sob controle do governo do Estado do Amapá. Significa, em linhas gerais, a falência da concessão. Se a diretoria da agência realmente decidir pela caducidade da concessão, será a primeira vez que isso acontece no país, segundo o diretor-geral da Aneel, Jerson Kelman, em entrevista ao Valor.

"Mas é um processo longo, que deverá demorar seis meses ou mais, e a empresa terá direito a apresentar recurso", disse Kelman.

A CEA se encontra em situação falimentar, com passivo a descoberto há mais de seis anos, segundo relatório elaborado pelo diretor da agência reguladora, Jacônias de Aguiar. A empresa teve crescentes e sucessivos prejuízos desde 1998, acumulando, em 2003, R\$ 223 milhões em perdas. A dívida de compra de energia junto à Eletronorte chegou a R\$ 214 milhões em maio. Esse valor equivale a mais de 35 meses de faturamento da empresa, segundo a Superintendência de Fiscalização Financeira da Aneel.

A dívida da concessionária, de R\$ 286 milhões em dezembro de 2003, corresponde a 185% do ativo total, de R\$ 154,8 milhões. Além disso, é preocupante a estrutura de endividamento da CEA, onde 134% dos seus ativos são financiados por terceiros, principalmente pela Eletrobrás e governos, por meio de tributos não recolhidos.

Nos últimos três anos os investimentos foram reduzidos em 29%, e a má-qualidade do fornecimento de energia estava atingindo índices alarmantes. "É o caso mais grave do setor elétrico no país", disse Kelman.

Dentre os principais problemas verificados pela Aneel estão os prejuízos significativos acumulados; insuficiência crônica de capital de giro; ausência de aporte de capital do controlador; investimentos aquém da necessidade; gastos operacionais crescentes (derivados de perdas de energia); inadimplência e aumento de gastos.

Segundo Kelman, as alternativas inicialmente apresentadas eram, além da caducidade, a intervenção e também a federalização da CEA. A diferença entre a intervenção e a caducidade, segundo o diretor-geral da Aneel, é que no primeiro caso a agência nomeia um interventor com plenos poderes para tentar recuperar a concessionária. Depois da melhora operacional da empresa, porém, os controladores retomam as rédeas do negócio. No caso da caducidade, o controlador tem que deixar a concessão. Ele recebe, nesse caso, os ativos não depreciados e os passivos vão com a empresa que vai falir. "Isso é o que prevê o modelo atual", disse Kelman.

Já quanto à federalização, o diretor-geral da Aneel disse que esta decisão não é da alçada da agência, mas depende de negociação com a Eletrobrás, que trocaria dívida por participação acionária na distribuidora.

Para tentar resolver o problema da CEA, o ministério de Minas e Energia já criou um grupo de trabalho para analisar as possíveis soluções. Além disso, o governador do Amapá, Antônio Waldez Góez (PDT) fez visitas recentes à Aneel para tentar um plano de ação para recuperar a companhia elétrica do Estado. Mas, devido à situação crítica da companhia, a caducidade deverá ser mesmo o caminho adotado.

A Aneel iniciou a avaliação das condições da CEA em 1998, e, segundo o relatório, já na época "as fiscalizações identificaram importantes irregularidades, que perduram até a presente data".

Na ocasião, os técnicos da Aneel detectaram a falta de conservação dos equipamentos e o despreparo dos operadores, erros considerados primários. Também havia a falta de segurança nas instalações e nenhuma central da CEA operava 24 horas por dia.

No ano 2000, uma nova fiscalização foi feita e a agência deu prazos para cumprir as determinações. Como esses prazos não foram atendidos - sob a alegação de falta de recursos financeiros -, novos datas foram fixadas. Esse processo de não cumprimento dos prazos vem se arrastando até agora, sem que nenhuma solução efetiva fosse encontrada.

O índice de perdas de energia da CEA é superior a 30% nos últimos dois anos. Em 2003, a perda atingiu 34,4%. Cerca de 80% do faturamento são débitos vencidos de consumidores, com predominância das classes poder público, iluminação pública e serviço público. O elevado índice de inadimplência de consumidores equivalente a sete meses de faturamento. O capital de giro da empresa é negativo de R\$ 125 milhões, equivalente a 15,5 meses de faturamento líquido.

Nos últimos três anos, os acionistas aportaram R\$ 25 milhões, porém, nesse período, a CEA acumulou prejuízo de R\$ 205 milhões. Por fim, para cobrir as despesas correntes, a CEA optou por não pagar a Eletronorte. O governo do Amapá foi procurado na tarde de ontem, mas nenhum representante foi localizado.

COIMBRA, L. **ANEEL analisa falência da distribuidora do Amapá.** Jornal Valor Econômico, Empresas, Infra-estrutura, B8, 21, 22 e 23/10/2005.